

**Sarah Merçon-Vargas**

**TEORIA DO  
PROCESSO JUDICIAL  
PUNITIVO NÃO PENAL**

---

**2018**



1132465

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3045.9051  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Freddie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

---

M556t Merçon-Vargas, Sarah.  
Teoria do Processo Judicial Punitivo Não Penal / Sarah Merçon-Vargas – Salvador:  
Editora JusPodivm, 2018.  
320 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-2242-3.

1. Processo Judicial. I. Merçon-Vargas, Sarah. II. Título.

CDD 341.43

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO.....	15
 <i>Capítulo I</i>	
FUNDAMENTOS E PREMISSAS .....	23
I.1. Considerações iniciais.....	23
I.2. Modelo garantista .....	27
I.3. Convenção Americana de Direitos Humanos e seu <i>status</i> normativo .....	29
I.4. Teoria geral do processo.....	33
I.5. Direito material e garantias.....	35
I.6. Processo, paridade de armas e garantias .....	38
I.7. Paradigmas de devido processo legal.....	40
I.8. Processo judicial punitivo não penal e devido processo legal .....	44
I.9. Garantias processuais e estrutura normativa .....	46
 <i>Capítulo II</i>	
DIREITO MATERIAL PUNITIVO NÃO PENAL.....	49
II.1. Considerações iniciais.....	49
II.2. Ilícito penal x ilícito administrativo .....	52
II.3. Ilícito e sanção administrativa.....	61
II.4. Ilícitos, sanções e processo na Lei de Improbidade Administrativa .....	65
II.5. Ilícitos, sanções e processo na Lei Anticorrupção .....	73

II.6. Sanções judiciais punitivas não penais.....	78
II.7. Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção e microsistema de tutela coletiva.....	82

### Capítulo III

PROCESSO PUNITIVO NÃO PENAL E GARANTIAS.....	89
III.1. Considerações iniciais.....	89
III.2. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	92
III.2.1. O <i>leading case Engel and Others v. the Netherlands</i> .....	94
III.2.2. O caso <i>Öztürk v. Germany</i> .....	96
III.2.3. Análise do conceito autônomo de acusação criminal.....	97
III.3. A Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	99
III.4. As propostas de Winfried Hassemer e Jesús-María Silva Sánchez.....	104
III.5. As propostas de administrativistas espanhóis.....	107
III.6. Pretensão punitiva e desigualdade estrutural da relação processual.....	111
III.7. Relação entre o processo judicial punitivo não penal e as garantias constitucionais no direito brasileiro.....	117

### Capítulo IV

PROCESSO JUDICIAL PUNITIVO NÃO PENAL E GARANTIAS.....	123
IV.1. Considerações iniciais.....	123
IV.2. Polo passivo nos processos judiciais punitivos não penais, pedido e regime jurídico de garantias.....	124
IV.2.1. Agente público, particulares e ação de improbidade administrativa.....	124
IV.2.2. Pessoa jurídica de direito público e ação de improbidade administrativa.....	128
IV.2.3. Particular e o processo judicial fundado na Lei Anticorrupção.....	132
IV.3. Juiz natural.....	134
IV.3.1. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais.....	139
IV.4. Contraditório, ampla defesa e demais garantias.....	145
IV.4.1. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	147
IV.4.2. Garantias específicas.....	153

IV.4.3. Direito ao silêncio e direito a não ser obrigado a depor contra si, nem a declarar-se culpado.....	157
IV.4.4. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais .....	161
IV.4.4.1. Inquérito civil, contraditório e ampla defesa.....	162
IV.4.4.2. Admissibilidade da demanda e justa causa.....	165
IV.4.4.3. Ciência prévia e pormenorizada da imputação e citação..	169
IV.4.4.4. Indisponibilidade da defesa técnica e efeito da revelia .....	173
IV.4.4.5. Ausência de dever de colaboração .....	176
IV.4.4.6. Autodefesa, interrogatório e depoimento pessoal .....	177
IV.4.4.7. Direito ao silêncio, direito à não autoincriminação e exibição de documento .....	180
IV.5. Presunção de inocência.....	182
IV.5.1. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais .....	194
IV.5.1.1. Execução provisória de sanções punitivas .....	195
IV.5.1.2. Linguagem.....	199
IV.5.1.3. Ausência de ônus probatório para o réu .....	199
IV.5.1.4. <i>In dubio pro reo</i> .....	202
IV.6. Direito à prova .....	203
IV.6.1. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais .....	212
IV.6.1.1. Impossibilidade de inversão do ônus da prova em desfavor do réu.....	213
IV.6.1.2. Poderes instrutórios do juiz e suas limitações .....	214
IV.6.1.3. Interceptação de comunicações e prova emprestada.....	218
IV.6.1.4. Critérios de decisão e <i>standard</i> probatório .....	222
IV.7. Motivação das decisões judiciais .....	225
IV.7.1. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais .....	228
IV.8. Razoável duração do processo .....	231
IV.8.1. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais .....	233
IV.9. Publicidade do processo .....	236
IV.9.1. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais .....	238
IV.10. Direito ao recurso .....	240
IV.10.1. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais .....	245
IV.11. Proibição de submissão a novo julgamento.....	248
IV.11.1. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais .....	253

*Capítulo V*

<b>VIOLAÇÃO DE GARANTIAS NOS PROCESSOS JUDICIAIS PUNITIVOS NÃO PENAS</b> .....	<b>257</b>
V.1. Considerações iniciais .....	257
V.2. Pressupostos teóricos.....	257
V.3. Forma no processo judicial punitivo não penal .....	265
V.4. Vícios que podem levar à inexistência jurídica .....	269
V.5. Vícios que podem levar à nulidade.....	270
V.5.1. Inobservância do rito especial na ação de improbidade administrativa .....	274
V.5.2. Vício ou falta de citação .....	277
V.5.3. Ausência de defesa .....	278
V.5.4. Oitiva do réu sem advertência quanto ao direito ao silêncio.....	280
V.5.5. Erro no modelo de constatação para prolação de sentença condenatória .....	282
V.5.6. Novo processo judicial punitivo não penal relativo aos mesmos fatos.....	283
 CONCLUSÃO.....	 287
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	 291